



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

25/08/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. VARAS CRIMINAIS.....	2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
2.2. JUÍZES.....	4
2.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DECISÕES.....	6
3.2. DESEMBARGADORES.....	7 - 8
3.3. JUÍZES.....	9 - 10
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	11 - 12
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CONVÊNIOS.....	13 - 15
5.2. DECISÕES.....	16
5.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	17 - 20
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. OBRAS / REFORMAS.....	21
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DESEMBARGADORES.....	22
7.2. OBRAS / REFORMAS.....	23

RAPOSA- Repercutiu negativamente em todo o Maranhão, o fato do prefeito do município de Raposa, Clodomir Oliveira (PRTB), não ter comparecido a audiência que tratou sobre o destino de mais de cem famílias que serão removidas do residencial Vila Vitória, no bairro Vila Maresia. A juíza titular da Comarca de Raposa, Rafaella de Oliveira Saif, solicitou a presença do prefeito ao constar que o problema social, já que idosos, crianças e deficientes ficariam desabrigados.

5º. - PICANTE - o bairro que mais cresceu em São Luis foi o Cohatrac-ali apresenta Agência bancária, delegacia, matriz de igreja, supermercados e outros órgãos e empresas que servem ao povo... E ainda por cima tem as festas que marcam as temporadas do bairro... Como calhou de modo recente... A diversão que acontecerá ultimamente na noite do dia 16 que passou foi um evento e em tão alto grau: fôs só Bloco Lapa-da foi uma agitação no bar temático Chinelo de Dedo teve participação na encenação das bandas Swingart SL, e participação do cantor sertanejos das antigas - Igor Costa. Foi um ensaio Geral do acalorado bloco... Ronaldo Maciel: "criminosos de 'colarinho branco' confiam na impunidade" - "Quando sentenciei, parecia que eu havia tirado uma tonelada de cima de mim". Esta foi a definição dada pelo juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luis, ao avaliar o que representou, na sua vida pessoal e profissional, a conclusão, no dia 13 de agosto de 2013, de um processo de 13 mil páginas conhecido nacionalmente como "Escândalo das Estradas Fantomas"... XXXIV Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais começa em São Luis... - O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, declarou oficialmente abertos os trabalhos do XXXIV Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral na noite desta quinta-feira, 22 de agosto. Os corregedores estarão reunidos no hotel Luzeiros, onde irão discutir por 2 dias propostas de melhorias no processo eleitoral do ano que vem. - "O evento que temos a alegria de abrir tem em sua pauta problemas enfrentados individualmente por cada uma das Corregedorias, inclusive a do Tribunal Superior Eleitoral. Aqui, elas terão a oportunidade de serem amplamente discutidas, oportunizando troca de experiências e apontamento de soluções uniformes, objetivando, sempre, o aprimoramento da Justiça Eleitoral brasileira", discursou Froz Sobrinho.

Censo do Poder Judiciário começa segunda-feira

Começa na próxima segunda-feira (26) o Censo do Poder Judiciário. No Maranhão, cerca de 3 mil servidores - efetivos, sem vínculo ou requisitados - que atuam na Justiça Estadual devem responder aos questionários até o dia 9 de outubro.

Saber quanto somos e quem somos. Este é o objetivo da pesquisa, que será um marco para a história do Judiciário. Vamos poder descrever, com objetividade, quem são as pessoas que fazem a Justiça no Brasil. Nenhum dos servidores e magistrados enquadrados no perfil da pesquisa deve ficar de fora", incentiva o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O trabalho de mobilização interna e de acompanhamento da execução da pesquisa serão coordenados no Estado pela juíza Francisca Galiza, auxiliar da presidência do TJMA. "O Censo servirá como um Raio X do Judiciário Nacional e como importante fonte de dados para avaliar as políticas de recursos humanos já existentes e planejar as políticas públicas, em

âmbito nacional, de forma a reduzir as disparidades existentes. É fundamental que todos participem", destaca a magistrada.

As informações sobre cada magistrado e servidor serão prestadas por meio de formulário eletrônico, disponível na Intranet do TJMA (<http://intranet.tjma.jus.br/>). Os dados obtidos são confidenciais e vão constar de forma genérica no resultado final, sem identificação do respondente.

O CNJ adotou o tema "5 minutos do seu dia fazem a diferença" para conscientizar o público interno do Judiciário sobre a importância de participar da pesquisa. No início do mês, foram realizados testes nas comarcas de São Domingos do Azeitão e Carolina.

MAGISTRADOS - Nos próximos dias, o CNJ divulgará o início do prazo para os magistrados participarem do Censo, na vigência dos 45 dias destinados aos servidores. Em todo o País, 272.430 servidores (efetivos, sem vínculo ou requisitados), distribuídos por 94 instituições, participarão do censo.

Redistribuição de detentos varia de acordo com a pena

Os juízes Carlos Roberto de Oliveira Paula, juiz auxiliar da capital respondendo pela 1ª Vara de Execuções Penais, e Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais, ambas de São Luis, editaram a Portaria nº 081/2013 determinando uma série de medidas a serem adotadas pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP).

Entre as medidas, a Justiça determina que os presos de regime fechado custodiados em unidades para presos de regime semiaberto e provisórios sejam encaminhados para unidades para presos do regime fechado.

A Portaria nº 081/2013 determina que a SEJAP, em um prazo de dez dias, remaneje os presos em regime semiaberto, que aderirem à metodologia da APAC, tenha boa conduta e possuam proposta de trabalho externo, para a unidade prisional do Monte Castelo, sob a administração da APAC São Luis.

É destacado que na comarca de São Luis são quatro unidades prisionais destinadas ao regime fechado - Cadet, Presídio

São Luis I, Presídio São Luis II e Penitenciária Feminina - e três unidades para presos provisórios - Centro de Detenção Provisória, CCPJ de Pedrinhas, e CCPJ do Anil -, todas elas com presos provisórios e definitivos do regime fechado e semiaberto.

"Em se falando de números, são 900 presos definitivos e 1.800 provisórios, todos eles misturados e distribuídos nessas unidades prisionais", enfatizou o juiz. E continua: "A histórica desorganização da gestão de pessoal e financeira, a terceirização de serviços, a superpopulação carcerária e a mistura de presos definitivos e provisórios, são fatores que fortalecem facções criminosas dentro dos presídios e fomentam graves violações dos direitos humanos, além de gerar tensão, violência entre apenados, fugas, rebeliões e até mortes".

Diagnóstico - A Portaria determina, também, que a SEJAP proceda, no prazo de 30 dias, ao diagnóstico da situação atual do sistema penitenciário da Comarca de São Luis, informando sobre cada uma das

unidades, a sua destinação por regime prisional, a capacidade real de vagas e o total de presos. Deverá ainda a SEJAP efetuar um planejamento detalhado dos procedimentos a serem efetivados, no prazo de 60 dias a contar da publicação da referida Portaria, no sentido de separar os presos por sexo, idade reincidência e regime prisional, bem como a contribuir na contenção das facções criminosas que dominam a vida carcerária. Versa ainda o documento que: "(...) Deverá a SEJAP proceder a um estudo de impacto da aplicação dessas medidas, em relação às consequências imediatas e mediatas, no sentido de evitar pôr em risco a vida dos servidores e dos próprios encarcerados. (...) Findado esse prazo desse item, a SEJAP deverá, em 30 dias, proceder à redistribuição dos presos de acordo com o disposto no artigo 84 da Lei de Execução Penal, e no artigo 7 da Resolução 14, de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

As determinações são resultado de uma recomendação conjunta entre Defensoria Pública

Estadual e Ministério Público. Para elaborar o documento, os magistrados levaram em consideração a mistura de presos provisórios e sentenciados.

"Isso é uma afronta à norma do artigo 84 da Lei de Execução Penal e ao artigo 300 do Código de Processo Penal (...) e ainda ao artigo 5º, item 4, da Convenção Americana de Direitos Humanos, só para exemplificar", observou Roberto de Paula.

Foi levado em consideração, também, o fato de que o artigo 7º da Resolução 14, de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, determina a separação dos presos definitivos, além de fixar normas de separação dos provisórios e também dos presos por sexo, idade (jovens e maiores de 60 anos) e reincidentes, segundo o regime da pena.

Uma cópia da Portaria editada pelos dois juízes foi enviada ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria Geral da Justiça, à Coordenação do Grupo de Monitoramento Carcerário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, e ao Secretário de Justiça e Administração Penitenciária - SEJAP.

MUTIRÃO

DPE registra mais de 5.600 atuações de janeiro a julho

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) divulgou relatório parcial das atuações desenvolvidas no sistema penitenciário estadual no ano de 2013. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Definitivos (Siapd), da DPE/MA, foram registradas 5.614 atuações de janeiro a julho deste ano, dentre atendimentos a presos e familiares, audiências, vistorias nas unidades, acompanhamentos processuais, além de palestras, capacitações e atividades voltadas à ressocialização.

De acordo com o defensor Paulo Costa, a população carcerária do estado é de cerca de 5.800 detentos. Hoje, o número de presos provisórios, muitos com excesso de prazo, chega a mais de 50%. "A Defensoria se encontra presente em atuação regular em todas as unidades que compõem o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, por meio do nosso Núcleo de Execução Penal (NEP). Além disso, atuamos nas duas varas de execução penal da capital", informou o defensor, acrescentando que a Defensoria desenvolve atividades nas unidades prisionais e delegacias dos municípios, onde existem núcleos regionais da instituição.

Paulo Costa esclareceu, ainda, que a instituição também presta acompanhamento jurídico e social aos familiares dos presos, destacando que recentemente foi formada uma turma

do Curso de Eletricista Instalador Predial com apenas o regime semiaberto, fruto de convênio da Defensoria com a Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Mutirão- Desde o último dia 12, a DPE participa de mutirão carcerário, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF). As atividades se estenderão até o próximo dia 22 de setembro em todas as varas criminais e de execução penal do Estado, com o objetivo de dar celeridade a processos criminais nas unidades prisionais.

Segundo o defensor público, Alberto Bastos, titular do Núcleo de Execução Penal (NEP), no mutirão, são analisados processos de presos provisórios e definitivos. Ele informou que caso o assistido tenha direito a progressão de regime ou a responder o processo em liberdade, o defensor pleiteará tal benefício. "Nós, defensores, analisaremos os processos e solicitaremos os benefícios quando cabíveis. Já o Ministério Público dará o parecer sobre o pedido e o juiz decidirá, num prazo máximo de 20 dias, diminuindo, assim, o tempo de resposta para o detento e sua família", disse.

Justiça solta advogados envolvidos no Caso DPVAT em Imperatriz

Habeas corpus foi impetrado pela OAB por considerar a prisão inapropriada

O desembargador Jamil Gedeon Neto, do Tribunal de Justiça do Estado, concedeu liminar em habeas corpus liberatório impetrado pela OAB/MA em favor de advogados presos preventivamente na cidade de Imperatriz, na quinta-feira (22). A preventiva foi considerada ilegal pelo desembargador, que entendeu que a prisão não deveria ser mantida pelo fato de os suspeitos serem primários e de não haver indícios concretos de que poderiam colocar em risco a ordem pública, a apuração dos fatos e até mesmo a instrução processual. Os advogados foram presos por agentes da Delegacia Regional de Segurança Pública de Imperatriz, suspeitos de integrar uma quadrilha que teria fraudado processos do Seguro DPVAT.

Assim que tomou conhecimento da prisão, o presidente em exercício da OAB/MA, Valdenio Caminha, juntamente com o presidente da Comissão de Defesa Direitos e Prerrogativas da Seccional, Erivelton Lago; a procuradora-geral de Prerrogativas, Cláudia Maria Rodrigues Pereira, e a conselheira seccional, Alba Maria d'Almeida Lins, impetraram os habeas corpus com pedido de liminar em favor dos advogados sustentando que, em síntese, não havia justa causa para decretação da preventiva, vez que não foram cumpridos os requisitos autorizadores, pois em nenhum momento os três agiram de modo a tumultuar o andamento das investigações policiais.

Também é sustentado no processo que a aplicação da medida cautelar foi desnecessária, inadequada e desproporcional, em violação ao disposto no art. 282 do CPP, pois, em nenhum momento, os advogados se negaram a comparecer à delegacia.

Matou a família e foi à escola

LOURIVAL SEREJO

Parece o nome de um filme, mas não é. Também não é ficção. A tragédia aconteceu em São Paulo e resultou na morte de cinco pessoas. Marcelo, um menor de 13 anos de idade, matou os pais, a avó, a tia e, depois, suicidou-se.

Esse é o tipo de fato que fornece muitos elementos para o debate entre psiquiatras, psicólogos, educadores e criminalistas. Como não me enquadro em nenhuma dessas categorias, arriscarei minha análise de leigo.

O que motivou Marcelo, um garoto de 13 anos, a matar os pais? E o suicídio, em seguida, veio com o arrendimento ou foi planejado?

Se o homem é ele e suas circunstâncias, como afirmou Ortega y Gasset, temos que considerar o ambiente familiar e social de Marcelo para tentarmos compreender o que aconteceu, se é que é possível compreender uma tragédia desse porte.

O garoto vivia arrodado de armas e foi crescendo num ambiente policialesco: os pais eram policiais e viviam armados, as conversas diárias giravam em torno de crimes, aventuras, suspenses, heroísmo. Na casa em que viveu, tudo era impregnado de ação. Encontraram armas para todos os lados. Até a avó tinha um revólver. E ele sabia atirar, arte que aprendeu com o pai.

A essas histórias do seu dia a dia, juntou-se a chegada da puberdade e suas crises. Os jogos violentos de videogame, a busca de novidades que prendessem sua atenção ou atendessem sua ansiedade pelo desconhecido, tudo isso pode ter impulsionado Marcelo a viver uma nova experiência. Ser portador de uma doença incurável complicou mais o processo de formação de sua personalidade, em fase inicial.

Há pouco tempo, ao falar da opção das famílias modernas que decidem não ter filhos, lembrei da frequência com que os filhos têm matado os pais nos últimos tempos. São tragédias que se repetem a todo momento.

O que está acontecendo com a sociedade? Será que a família perdeu o controle sobre os filhos? Será que a democracia interna, nos grupos familiares, está ge-

rando esses anarquistas assassinos à busca de sensações cada vez mais fortes? A exacerbação da violência tem nos levado a concluir que tudo, agora, é possível acontecer. É uma característica dos novos tempos a velocidade com que as coisas acontecem.

Psiquiatras e educadores devem estar desenvolvendo todos os tipos de teoria para explicarem o gesto desse garoto. Existem mais perguntas do que respostas. O mistério vai encobrir o fato, principalmente porque o suicídio - esse grande enigma que desafia os filósofos - absorveu os crimes praticados pelo menor. Ele fechou seu curto itinerário de serial killer com a própria morte, num ápice de desprezo pela vida, como a dizer: matei porque a vida não vale nada; e para provar isso, também cuidei em pôr fim à minha própria vida. Por se tratar de um menino inteligente, poderia ter recitado Fernando Pessoa, entre uma morte e outra: Nunca supus que isto que chamam morte/ Tivesse qualquer espécie de sentido... E como um Ivan Karamazov precoce, pode ter concluído: se a vida não vale nada, tudo é possível. De repente, algum especialista pode arriscar a tese de que ele matou seus familiares por amor, sabendo que poderia perdê-los a qualquer momento, uma vez que sua saúde era precária. Nesse emaranhado de teorias, tudo pode ser ponderado.

Marcelo cresceu ouvindo os pais contarem suas aventuras contra criminosos de todos os tipos. Eram agentes da lei e da ordem. Mas o criminoso é que despertou a simpatia da sua índole. Ele preferiu ficar do lado das vítimas das ações dos pais, ou seja, os assassinos e perseguidos pela Polícia. Para ele, a figura do matador era mais importante do que a do agente da lei. E sonhou ser um matador profissional.

Segundo declarações divulgadas pela imprensa, o ineditismo desse fato surpreendeu a própria Polícia, mostrando-se como um desafio para sua completa elucidação. Dessa evidência, resulta a conveniência de refletirmos sobre a profundidade desse drama. A natureza humana continua sendo um mistério para todos nós. Aquilo que Terêncio já disse há muitos séculos - nada que é humano me é estranho - mostra-se cada vez mais atual, desesperadamente atual, porque, apesar de brutal, é humano em demasia.

Enquanto não sai o laudo definitivo da Polícia, é bom imaginar como o tio de Marcelo, que não foi ele o autor dessas mortes. E tudo não passaria de mera especulação.

.....
Desembargador e membro da Academia Maranhense de Letras

- **Os juízes** que disputam a vaga de desembargador pelo critério de merecimento estão trabalhando dia e noite para atualizar as suas produtividades.

Justiça determina organização de presídios

Polícia 10

Juízes dão prazo para a Sejap organizar presídios de São Luís

Varas de Execuções Penais baixam portaria determinando o remanejamento dentro de unidades para que cada preso ocupe o presídio estabelecido pela lei, evitando que provisórios ou semiabertos estejam na mesma cela dos condenados

Os juízes Carlos Roberto de Oliveira Paula, auxiliar da capital, respondendo pela 1ª Vara de Execuções Penais, e Fernando Mendonça, da 2ª Vara de Execuções Penais, ambas de São Luís, baixaram portaria determinando o remanejamento de presos dentro das unidades prisionais da cidade. O objetivo é fazer uma redistribuição dos detentos, contribuindo para a organização do sistema penitenciário.

A determinação é resultado de uma recomendação conjunta entre Defensoria Pública Estadual (DPE) e o Ministério Público (MP). Entre as principais medidas, define que a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), responsável pela gestão das unidades prisionais no Maranhão, deve, em um prazo de 60 dias (a contar do dia 14 agosto, data em que foi publicada a portaria), fazer o remanejamento de presos do regime fechado custodiados em unidades para detentos de regime semiaberto e provisórios para unidades para presos do regime fechado.

Além disso, a portaria também determina que os presos sentenciados em regime semiaberto custodiados no Centro de Detenção Provisória (CDP), no Centro de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas e do Anil, na Casa de Detenção (Cadet), e nos Presídios São Luís I e II sejam transferidos para a Penitenciária de Pedrinhas e para a Unidade Prisional do Monte Castelo em um prazo de 30 dias.

Já os presos provisórios (aqueles que não têm sentença penal

condenatória) custodiados nas unidades de regime semiaberto e fechado devem ser transferidos para as unidades de custódia de presos provisórios em um prazo de 90 dias.

Melhorias - Na avaliação do juiz Carlos Roberto de Oliveira Paula, a redistribuição dos presos contribuirá para a organização das unidades prisionais. "Com isso, nós vamos fazer um trabalho melhor e desenvolver políticas de ressocialização dentro das unidades prisionais, levando as equipes de trabalho multidisciplinar a desenvolver melhor suas atividades dentro desses locais. A organização levará, conseqüentemente, a uma melhoria no cumprimento da pena", afirmou.

Com a portaria, espera-se também que a quantidade de incidentes que constantemente ocorrem dentro das unidades prisionais, como fugas e mortes, diminuam. "Conseqüentemente, quando se consegue fazer uma boa política de ressocialização, há uma diminuição de fugas e mortes, pois existe uma recuperação do preso", frisou o juiz auxiliar da 1ª Vara de Execuções Penais.

A portaria determina também que a Sejap elabore, no prazo de 30 dias, o diagnóstico da situação atual do sistema penitenciário de São Luís, informando sobre cada uma das unidades, a sua destinação por regime prisional, a capacidade real de vagas e o total de presos. A secretaria deverá ainda efetuar um planejamento detalhado dos procedimentos a serem efetivados, no prazo de 60 dias a

contar da publicação da referida portaria, no sentido de separar os presos por sexo, idade, reincidência e regime prisional, bem como contribuir na contenção das facções criminosas que dominam a vida carcerária.

Em nota, a Sejap informou que a portaria não causou estranheza, pois a secretaria já vem fazendo um estudo para dividir as unidades prisionais da capital de acordo com os regimes, respeitando as peculiaridades de gangues que tem desavenças nos presídios e se reencontram nos cárceres.

O órgão informou ainda que já foram iniciados os procedimentos para as transferências de 100 presos provisórios para as unidades provisórias e para a implantação da primeira unidade penal sob o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac).



Unidade prisional do Monte Castelo sob o método Apac já recebe os detentos do regime semiaberto

“

A forma como está é uma violação expressa à Lei de Execuções Penais, que determina que os presos fiquem em locais de acordo com o seu regime”

Carlos Roberto de Oliveira Paula, juiz auxiliar da capital, respondendo pela 1ª Vara de Execuções Penais.

Mais

Três mil e duzentos é a quantidade de presos nos regimes, aberto, semiaberto, fechado e provisório em São Luís. São cinco unidades prisionais destinadas ao regime fechado (Penitenciária de Pedrinhas, Cadet, Presídio São Luís I, Presídio São Luís II e Penitenciária Feminina) e três unidades para presos provisórios (Centro de Detenção Provisória, CCPJ de Pedrinhas, e CCPJ do Anil), todas elas têm presos provisórios e definitivos do regime fechado e semiaberto.

DPE REGISTRA MAIS DE 5.600 ATUAÇÕES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO

PAG. 11

DPE registra mais de 5.600 atuações no sistema penitenciário do estado

A população carcerária do estado é de cerca de 5.800 detentos. Hoje, o número de presos provisórios, muitos com excesso de prazo, chega a mais de 50%



A superlotação continua sendo um problemas nos presídios do MA

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) divulgou relatório parcial das atuações desenvolvidas no sistema penitenciário estadual no ano de 2013. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Definitivos (Siapd), da DPE/MA, foram registradas 5.614 atuações de janeiro a julho deste ano, dentre atendimentos a presos e familiares, audiências, vistorias nas unidades, acompanhamentos

processuais, além de palestras, capacitações e atividades voltadas à ressocialização.

De acordo com o defensor Paulo Costa, a população carcerária do estado é de cerca de 5.800 detentos. Hoje, o número de presos provisórios, muitos com excesso de prazo, chega a mais de 50%. "A Defensoria se encontra presente em atuação regular em todas as unidades que compõem o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, por meio do nosso Nú-

cleo de Execução Penal (NEP). Além disso, atuamos nas duas varas de execução penal da capital", informou o defensor, acrescentando que a Defensoria desenvolve atividades nas unidades prisionais e delegacias dos municípios, onde existem núcleos regionais da instituição.

Paulo Costa esclareceu, ainda, que a instituição também presta acompanhamento jurídico e social aos familiares dos presos, destacando que

recentemente foi formada uma turma do Curso de Eletricista Instalador Predial com apenas do regime semiaberto, fruto de convênio da Defensoria com a Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

MUTIRÃO - Desde o último dia 12, a DPE participa de mutirão carcerário, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF). As atividades se estenderão até o próximo dia 22 de setembro em todas as varas criminais e de execução penal do Estado, com o objetivo de dar celeridade a processos criminais nas unidades prisionais.

Segundo o defensor público, Alberto Bastos, titular do Núcleo de Execução Penal (NEP), no mutirão, são analisados processos de presos provisórios e definitivos. Ele informou que caso o assistido tenha direito a progressão de regime ou a responder o processo em liberdade, o defensor pleiteará tal benefício. "Nós, defensores, analisaremos os processos e solicitaremos os benefícios quando cabíveis. Já o Ministério Público dará o parecer sobre o pedido e o juiz decidirá, num prazo máximo de 20 dias, diminuindo, assim, o tempo de resposta para o detento e sua família", disse.

Dia Nacional da Construção Social tem 7 mil atendimentos em São Luís

O EVENTO TEVE 300 VOLUNTÁRIOS, QUE OFERECERAM 40 SERVIÇOS PARA TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CAPITAL, E ACONTECEU SIMULTANEAMENTE EM OUTRAS 32 CIDADES

São Luís - O Dia Nacional da Construção Social ofereceu aos trabalhadores da Construção Civil e sua família cerca de 40 serviços de saúde, cidadania, cultura, esporte e lazer no Sesi Clube Araçagy. A ação social é um evento nacional que aconteceu simultaneamente em 32 cidades brasileiras e realizou 500 mil atendimentos em todo o país. Em São Luís, foram realizados 7.071 atendimentos e servidas 6.993 refeições durante o último sábado.

Neste ano, a ação social teve como tema "Educação para a vida" e centenas de pessoas foram à ação realizada em parceria pelo Sindicato das Indústrias Construção Civil (Sinduscon), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e pelo Sistema Fiema, por meio do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Entre as pessoas que buscaram atendimento na ação social, está David Santos Moreira, de 40 anos. Ele trabalha na portaria de uma obra em São Luís. "Vim em busca de atendimento médico porque durante a semana é mais difícil conseguir tempo para se cuidar. Aqui tem vários serviços médicos a disposição e vou aproveitar para fazer um check-up", contou o trabalhador, enquanto fazia exame para checar a glicemia no circuito saúde, um dos serviços oferecidos pelo Sesi.

O Sistema Fiema, além de ceder as instalações do Sesi clube Araçagy, participou da ação social com 30 serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, além de oferecer cinco oficinas organizadas pelo Sesi e pelo Serviço Na-



cional de Aprendizagem Industrial (Senai), além de oficinas do programa Sesi Cozinha Brasil e as atrações culturais que foram realizadas no Caminhão Sesi da Cultura. Os demais serviços foram oferecidos pelos parceiros da ação social.

Cerca de 300 voluntários do Sesi, Sinduscon, de diversas entidades parcerias, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão, e de empresa do segmento da Construção Civil participa-

ram da ação social, realizada na capital desde 2006.

Valorização

Para o presidente do Sinduscon, Fábio Nahuz, a iniciativa é uma forma dos em-



Apoiar e participar de ações como o Dia Nacional da Construção Social é contribuir para o desenvolvimento da indústria maranhense

Edilson Baldez das Neves, presidente da Fiema

presários do segmento industrial valorizarem um dos principais ativos de suas empresas: os próprios trabalhadores.

“É uma oportunidade de oferecer para nossos funcionários e suas famílias serviços médicos, de cidadania, de esporte e lazer que são fundamentais para que o trabalhador possa se sentir mais seguro e produzir com mais eficiência”, afirmou o presidente do Sinduscon.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) Edilson Baldez das Neves afirmou que o Sistema Indústria, como principal parceiro nacional, participa de eventos deste tipo por estar alinhado com seus objetivos e com a estratégia adota pelas entidades que compõe o Sistema Fiema.

“Apoiar e participar de ações como o Dia Nacional da Construção Social é contribuir para o desenvolvimento da indústria maranhense. Além disso, o esforço que está sendo feito neste dia demonstra que o empresário não está somente focado no resultado. Mostra que há preocupação com o capital humano que é a riqueza mais importante que uma empresa pode ter. O Sistema Fiema dá o exemplo por meio da atuação do Sesi, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL)”, observou Baldez.

A superintendente do Sesi, Roseli Ramos, afirmou que o Dia Nacional da Construção Social é uma tecnologia social, em que o Sesi tem expertise.

“A missão do Sesi é atender as necessidades da indústria, seus trabalhadores e dependentes, ao ofertar de serviços de educação básica, cultura, esporte, lazer, saúde e responsabilidade social empresarial, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das indústrias maranhenses. Somos os maiores parceiros nacionais desta iniciativa do Sinduscon e da CBIC. Estamos dando todo o apoio possível à iniciativa, para que este dia seja uma data onde os trabalhadores da indústria da construção civil possam buscar mais qualidade de vida, lazer, cultura e saúde”, afirmou.

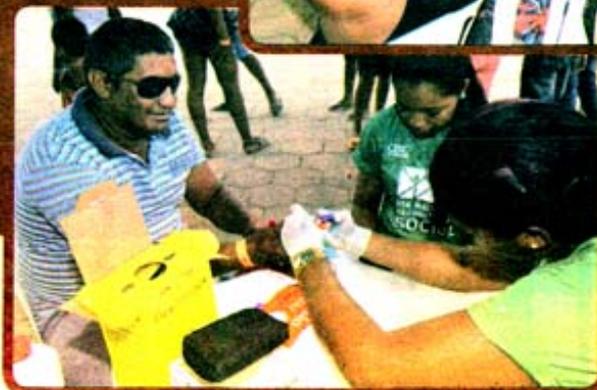
Estiveram presentes ao evento o vice-presidente do Sinduscon Edmilson Pires; o secretário municipal de Habitação, Geraldo Castro; o diretor regional do Senai e superintendente do IEL, Marco Antônio Moura; e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, Humberto França Mendes.



Atendimento do Circuito saúde no Dia Nacional da Construção Social



Oficina do Programa Sesi Cozinha Brasil no Dia Nacional da Construção Social



David Santos Moreira faz exame de glicemia no Dia Nacional da Construção Social

>> O que você acha?

O que você acha de ações sociais como Dia Nacional da Construção Social?

"Não tenho tempo de fazer algumas coisas para mim, como o atendimento odontológico, e aqui posso fazer tudo em um só lugar."



Carlos Alberto Correia de Souza, 49, pedreiro, morador da Cohab

"A diversidade de serviços é o que mais atrai. Precisava de um corte de cabelo e vou fazer limpeza de pele."



Camilo Neres Costa Campos, 37, Pedreiro, morador da Raposa

"O melhor de tudo é que quase não tem fila. Vim em busca de atendimento médico e foi tudo muito rápido, sem filas."



Cleanes Lena Silva, 33, dona de casa, moradora São Bernardo

"A oportunidade de ter consultas com tranquilidade é o que me atraiu. Venho ao evento há três anos e é sempre tranquilo."



Maria da Paz Silva, 37, dona de casa, moradora do Maiobão

Dia Nacional da Construção Social

Ação Social de abrangência nacional, a iniciativa aconteceu no último dia 17

O que é? O Dia Nacional da Construção Social é uma ação social voltada para o atendimento dos trabalhadores da construção civil e seus familiares e é resultado da parceria nacional entre o CBIC, Sinduscon dos estados brasileiros e o Sesi. Em cada cidade há parceiros locais. Em São Luís, além do CBIC, do Sinduscon-MA e do Sesi, participaram outros 20 parceiros que ofereceram 40 serviços para quem foi ao Sesi Clube Aracagy no último dia 17 de agosto.

Cidades	32	Atendimentos	
Atendimentos em todo Brasil	500 mil	Serviços de Lazer	3.547
		Serviços de Educação	677
EM SÃO LUÍS		Serviços de Saúde	658
Serviços	40	Serviços de Cidadania	391
Oficinas	5	Serviços de Cultura	128
Voluntários	300	Outros Serviços	1.798
		Total	7.071



Atendimento odontológico no Dia Nacional da Construção Social

Absurdo

Esperantoso o número de ações por improbidade contra ex-prefeitos e presidentes de câmaras municipais no Maranhão. Os processos são tantos que já causam congestionamentos no Tribunal de Justiça e na Divisão Maranhense da Justiça Federal. Todo dia tem esse tipo de ação. Já existe até um modelo pronto, pois os crimes são os de sempre: corrupção.

Assembleia Legislativa gasta R\$ 20 milhões por mês com pessoal

Sem cumprir a Lei de Acesso à Informação, a Assembleia Legislativa mantém como caixa-preta gastos com pessoal e verbas indenizatórias. Levantamento revela que já foram aplicados R\$ 95 milhões em salários de parlamentares e funcionários até julho deste ano. Houve meses em que a despesa com pessoal chegou a R\$ 20 milhões, mais da metade (57%) do que São Luís emprega para pagamento dos servidores municipais. Não há também informação precisa sobre quantos são os servidores do Legislativo.

POLÍTICA 2

ASSEMBLEIA

R\$ 94 mi gastos com pessoal

Apesar de lei e cobrança de sindicato, Assembleia não cumpre transparência pública. Gasto é milionário e dados de servidores beneficiados não é apresentado

CLODOALDO CORRÊA

Os poderes estabelecidos no Maranhão ainda têm dificuldade em adaptação aos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). O maior exemplo é o poder Legislativo estadual, que atualmente gasta R\$ 94.134.991,92, mas não diz quem são os beneficiados. A Assembleia não disponibiliza os dados relativos aos servidores e ainda demonstra muito sucintamente seus gastos sem detalhamento devido. Além disso, apesar de existir um canal para requerimento de informações, existem denúncias de que a Casa não as responde.

Para ter uma ideia, os gastos com pessoal da Assembleia Legislativa do Maranhão não seguem uma continuidade. Até agora, já foram gastos quase R\$ 95 milhões com pagamento de pessoal na Casa. A disparidade ocorre por conta da inconstância. No mês de abril, por exemplo, foi gasto pouco mais de R\$ 1 milhão com a folha do parlamento. No mês subsequente, de maio, o gasto aumentou em mais de 20 vezes: foram mais de R\$ 20 milhões com a folha. Quando comparado com o pagamento de servidores da Prefeitura de São Luís, que custa R\$



Assembleia Legislativa não detalha gastos de pagamento de pessoal. Gasto é milionário e comparado a cidade de trezentos mil habitantes

55 milhões mensais, pode ser semelhante ao gasto de uma cidade de quase 300 mil habitantes.

O Portal da Transparência da Assembleia não detalha como é o gasto com salários, benefícios e encargos trabalhistas. Ele apenas demonstra o total de gasto com pessoal. Com exceção de abril, maio e junho, o gasto com pessoal se manteve estável em uma média de R\$ 12 milhões.

Cada deputado recebe de ressarcimento R\$ 36,712,11 de ressarcimento, entre verba indenizatória, ajuda de gabi-

nete e auxílio-saúde, que estão expostos no portal. Neste gasto, inclui o auxílio-saúde de R1.050.

Os gastos	
Janeiro	R\$ 653.314,36
Fevereiro	12.577.202,96
Março	12.616.087,81
Abril	1.060.443,38
Maio	23.092.816,36
Junho	20.044.921,68
Julho	12.090.204,77
Total:	R\$ 94.134.991,92



reais é o gasto com diárias para deputados nos sete primeiros meses do ano

Sindicato cobra transparência pública na Alema

Segundo o presidente do Sindicato dos servidores da Assembleia, Luís Carlos Noletto, o Sindicato solicitou informações e o prazo expirou, continuando sem as informações solicitadas. "Um novo prazo foi dado até esta semana. Caso não haja resposta, vamos procurar as vias judiciais. Eles nos informaram que está na Procuradoria e não vemos motivos para isso. A Procuradoria ainda tem que analisar um pedido de informação pública? Eles deveriam apenas repassar as informações", alegou.

Dentre os questionamentos do Sindicato estão: Como se dar o processo de livre nomeação de servidores públicos em cargo de comissão? Quantos concursos foram realizados na Assembleia? Quantos são os cargos de chefia, assessoramento ou direção?

Uma candidata aprovada no concurso da Assembleia Legislativa realizado em maio deste ano disse que também entrou com requerimento no portal da Assembleia pedindo informações sobre o funcionalismo há mais de um mês e nunca obte-

ve resposta. "Solicitei informações sobre o quadro funcional para saber se existem e quantos são os servidores concursados, para quando sair o resultado, ter informação se estariam ou não chamando o número suficiente de concursados. Mas eles nunca deram nenhuma satisfação. O requerimento no site também não gera protocolo", afirmou. A candidata não quis se identificar com medo de represália.

O auditor da Controladoria Geral da União (CGU), Wellinton Resende, explicou que o prazo para resposta previsto na Lei de Acesso à Informação é de 20 dias, podendo ser prorrogada por mais 10 dias. Caso não seja atendido, o cidadão poderá recorrer em outras três instâncias. Ele explicou que ainda não existe regulação a nível de Maranhão e São Luís, para estabelecer a quem cabe fiscalizar. Mas que as negativas devem ser encaminhadas ao Ministério Público. "Sobre esta questão é importante frisar que, a regulamentação tão somente vai servir para indicar ao cidadão em que setor da

administração deve ser buscada a informação desejada. Seria a operacionalização da LAI em âmbito estadual e municipal propriamente dita. Convém destacar, que o direito à informação existe e está resguardado na Constituição Federal. Desse modo, recomendo a quem quiser solicitar a informação que o faça ao órgão desejado, quer seja estadual ou municipal. E em caso de negativa de pedido de acesso, o cidadão deve procurar o Ministério Público Estadual", informou.

O auditor explicou ainda que, com a Lei de Acesso à Informação, o sigilo virou a exceção. Desse modo, quaisquer informações que não estejam classificadas como dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas podem ser disponibilizadas. Os dados do quadro funcional também devem ser divulgados, a não ser as de caráter pessoal. "Não há impedimento algum a publicação dos salários dos servidores nos portais da transparência das prefeituras ou câmaras. No entanto,

o que não se pode publicar são informações de caráter pessoal, tais como, valores referentes a pensões alimentícias, créditos consignados em folha, etc. O princípio constitucional de preservação da vida privada e da intimidade das pessoas deve ser respeitado", explica.

Dados do Sindicato dos Servidores da Assembleia dão conta de que hoje são 2.008 funcionários na Assembleia Legislativa no total. Destes, apenas 495 estão entre estáveis e efetivos. A Assembleia possui ainda 798 funcionários de gabinetes, que trabalham diretamente com os deputados. O restante são 715 cargos comissionados de livre nomeação.

O último concurso na Assembleia Legislativa foi realizado em 2004. Neste certame, foram aprovados e convocados 37 servidores. Destes, apenas 16 permanecem na Casa. Dos servidores concursados, apenas três estão ocupando cargos de chefia. Aristides Lobão e Carlos Lula, na consultoria legislativa, e Bráulio Martins, na diretoria da Mesa.



Convém destacar que o direito à informação existe e está resguardado na Constituição Federal

Wellinton Resende, auditor da Controladoria Geral da União



Um novo prazo foi dado até esta semana. Caso não haja resposta, vamos procurar as vias judiciais

Luís Carlos Noletto, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia

Assembleia já gastou mais de meio milhão em diárias

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Arnaldo Melo (PMDB), é o campeão em recebimento de diárias do Poder Legislativo do estado. Somente Arnaldo já recebeu R\$ 60 mil em diárias em 2013, levando em consideração o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de julho (primeiro semestre).

A Jornada Legislativa, que a Assembleia tem promovido desde o mês de abril, pode ter sido determinante para o aumento das diárias. A Jornada já passou por 17 municípios maranhenses.

As diárias de Melo foram divididas em 15 empenhos que variam em valores de R\$ 800 a R\$ 6.400. O segundo deputado que ganhou mais Diárias teve menos que a metade. Foram R\$ 28.400 para o deputado Hélio Soares (PP).

Os gastos com diárias do Legislativo são de R\$ 769.605 no primeiro semestre. Este valor representa 1.68 % do valor Total para Gastos Diretos.

A Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Maranhão explicou em nota que as diárias do presidente Arnaldo Melo (PMDB) têm o maior

valor em virtude da Resolução nº 616/2010, que determina os valores das diárias. Ela estabelece que, para o presidente da Assembleia, o valor de uma diária corresponde ao dobro dos outros deputados. "A administração do deputado Arnaldo Melo iniciou-se em 1º/2/2011, ou seja, a Resolução já encontrava-se em vigência, sendo que não promoveu nenhum reajuste desse valor até hoje", pontuou.

A Assembleia informou ainda que o texto da Resolução informa que estes valores correspondem a diárias fora do Estado do Mara-

nhão, sendo que para dentro do Estado o valor fica pela metade.

Também foi ressaltado o fator destacado pela reportagem, de que Arnaldo Melo promoveu no primeiro semestre a Jornada de Integração Legislativa, visitando 17 regionais do interior, estando presente em todas as Jornadas. "Portanto, fez jus ao recebimento das diárias, sem falar nos compromissos de trabalho que o mesmo tem fora da capital do estado, inerentes ao cargo a ele atribuído, tudo registrado com transparência pelo Portal do Legislativo", informou a assessoria.

Assembleia responde

Sobre as diferenças de gastos nos meses e a falta de informações detalhadas dos gastos com recursos humanos, a Assembleia Legislativa explicou que a discrepância entre os meses de abril e maio se deu por uma questão técnica do sistema. Segundo a Assembleia, quando da junção de todos os fatores necessários para o registro da folha de pagamento do mês de competência abril/2013, a possibilidade de efetuar esse registro já não tinha como ser feito, haja visto que o referido mês havia fechado, ou seja, nenhum lançamento poderia ser feito dentro dele, fazendo com que a folha de pagamento de competência abril/2013 tivesse sua apropriação no mês de maio/2013. Isso não significa que a folha de abril/2013 foi pequena e a folha de maio/2013 grande, e sim que parte da folha do mês de abril/2013 foi contabilizada no mês de maio/2013, porém,

com os registros informados na competência ao qual pertencem.

A Assembleia explicou que o sistema *Siafem* (mesmo utilizado pelo Executivo, TJ, TCE e MP) é gerenciado pelo Executivo e todos os dias é enviado para Assembleia um arquivo texto de toda execução orçamentária realizada, e "esse mesmo arquivo, sem nenhuma alteração, é dado carga no Portal da Transparência, ou seja, o Portal reflete toda execução orçamentária da Assembleia Legislativa, sem manipulações nem omissão de qualquer informação à sociedade".

Assim, a Assembleia explica que não existe disparidade, mas somente "a impossibilidade que a Assembleia teve de efetuar todo o registro da folha do mês de abril/2013 dentro desse mesmo mês, mesmo tendo-a pago, haja vista o fechamento dele, este que é feito pelo Executivo, ficando o saldo, necessariamente tendo de ser feito no mês posterior, digo maio/2013. Há de ressaltar que despesa de pessoal é empenhada por estimativa, e tem seu empenho

original efetuado no mês de janeiro/2013, sendo somente reforçada mensalmente para que haja a devida apropriação nas referidas competências".

Sobre a não resposta aos requerimentos, apesar das afirmativas de pessoas que não haviam obtido resposta, a Assembleia se limitou a afirmar que "os requerimentos recebidos no por meio da ferramenta 'Acesso à Informação', disponível no site da Alema, são respondidos dentro das limitações previstas na Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação)".



de reais é o gasto com pagamento de pessoal na Assembleia Legislativa nos primeiros sete meses

Riachão

Tribunal de Justiça entrega novo Fórum



Desembargadores Guerreiro Júnior, Cleones Cunha, e magistrados descerram placa de inauguração

O Tribunal de Justiça do Estado entregou à comunidade de Riachão o novo fórum da comarca, no sul do Estado, a 840 quilômetros de São Luís. A inauguração foi feita pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Junior e pelo corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, na tarde da última sexta-feira (23), com a presença do juiz Alessandro Arrais Pereira, diretor do Fórum.

"Este Fórum representa o avanço do Judiciário na melhoria da sua estrutura no Estado, cujos resultados se materializam em desempenho significativo, levando nos-

sa Corte a ocupar posição de destaque no cenário nacional, sendo hoje a quarta do país em produtividade. Vivemos uma nova era com juízes de bem e com sensibilidade", frisou Guerreiro Júnior na solenidade.

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, destacou a evolução do Judiciário na parte estrutural nos últimos anos. "Antes, não possuíamos fóruns, móveis e nem servidores próprios. Hoje, quase todas as comarcas do Estado têm prédios estruturados. Com certeza, em breve, todos terão também seus salões do júri", ressaltou.

Fronteiras

O açodamento da vereança de oposição também é legítimo enquanto ação política. O papel da oposição no ato de estocar o governo deve sempre ser encarado como normal. É a pertinência nas duas trincheiras que se combatem incessantemente...

Consciência

...Para o cidadão comum, então, a cada vez que surge um quiproquó parecido o resultado final é uma maior consciência na opinião pública. Não apenas no sentido de discernir entre o que é uma ação político-partidária e o que é de fato vital na defesa dos impostos que todos pagam, mas também num sentido mais lato da observação social sobre a ação cotidiana dos agentes públicos...

Nota

...No geral, na nota assinada pelo presidente da Comissão de Licitação, Alexandre Silva, e publicada na imprensa estadual, é ressaltado incólume o valor de R\$ 5 milhões da Concorrência 005/2013 e a divisão da grana em R\$ 3 milhões para a Administração, R\$ 1 milhão para a Saúde, R\$ 500 mil para Educação e R\$ 500 mil para Assistência Social.

Lentes

A propósito, tudo hoje depende de licitação no serviço público. Se a coisa bre-car ali, nada pode ser feito na administração palaciana. Não à toa, portanto, que lupas e demais lentes de aumento da oposição e do Ministério Público se fixam no setor.

Demanda

Repercuta o fracasso da audiência na Câmara para discutir a mobilidade urbana em Caxias... A demanda é uma das mais presentes nos papos de esquina e, mesmo assim, o tema permanece relegado à prioridade-chinfrim...

Nilismo

...Enquanto isso, vereadores fazem de tudo para aparecer, inclusive em assuntos e responsabilidades exclusivas do Executivo... O afã do arroz de festa e os rojões publicitários no nilismo legislativo leva a que lugar, afinal, se na prática o coletivo social simplesmente os ignora?

PEN

Na sexta-feira, à noite, no auditório da Academia Caxiense de Letras, a presença do deputado Jota Pinto (PEN) e do vice-presidente nacional do Partido Ecológico Nacional, Ariosto Carvalho...

Formalização

...Os dois vieram para formalizar a criação do PEN caxiense, que terá como presidente o empresário Clóvis Carvalho (Clovim) e Antônio Carlos na vice... Depois do papo oficial rolou um rega-bofe comportado para descontrair a rapaziada.

Errata I

Falando de ACL, na nota 'ACL', da coluna de quinta-feira passada, sobre a festa de nascimento da instituição, em vez de 'o lançamento do livro do confrade e desembargador Antônio Carlos Nascimento sobre Gonçalves Dias e Coelho Neto', leia-se corretamente Antônio Carlos Medeiros...

Errata II

...Outra errata, numa semana braba, cheia de pressa, em que meus computadores deram pane: no editorial 'Euforia oposicionista', da coluna de ontem, onde se lê povoado 'Candeeiro', leia-se corretamente Candeias.

Visita

Pegando o gancho da ACL, quem pisou o solo e visitou a Casa dos Imortais, ontem, foi o desembargador e ex-presidente do TJ-MA Jamil Gedeon, ele próprio um imorrível... O presidente Wybson Carvalho e os confrades Renato Meneses e Edmilson Sanches fizeram as vezes de anfitriões.

Tribunal de Justiça entrega novo prédio do Fórum de Riachão

O Tribunal de Justiça do Estado entregou à comunidade de Riachão o novo fórum da comarca, no sul do Estado, a 840 quilômetros de São Luís. A inauguração foi feita pelo presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, e pelo corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, na tarde da última sexta-feira (23), com a presença do juiz Alessandro Arrais Pereira, diretor do Fórum.

“Este Fórum representa o avanço do Judiciário na melhoria da sua estrutura no estado, cujos resultados se materializam em desempenho significativo, levando nossa Corte a ocupar posição de destaque no cenário nacional, sendo hoje a quarta do país em produtividade. Vivemos uma nova era com juízes de bem e com sensibilidade”, frisou Guerreiro Júnior na solenidade.

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, destacou a evolução do Judiciário na parte estrutural nos últimos anos. “Antes, não possuíamos fóruns, móveis e nem servidores próprios. Hoje, quase todas as comarcas do Estado têm prédios estruturados. Com certeza, em breve, todos terão também seus salões do júri”, ressaltou.

O juiz Alessandro Arrais mencionou que os habitantes de Riachão e Feira Nova do Maranhão – termo judiciário da comarca –

sempre sonharam com um fórum à altura das suas necessidades como cidadãos. “Aqui será um espaço de pacificação de conflitos, luta contra a impunidade, acolhida aos anseios populares e exercício pleno da cidadania”, afirmou o magistrado.

Investimento – O novo Fórum – que ocupa uma área de 466,62 m² – faz parte do conjunto de obras executadas pelo Poder Judiciário. Foi construído com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), com investimento de R\$ 1.050.449,57. A obra foi iniciada na gestão do ex-presidente do TJ-MA, desembargador Jamil Gedeon.

Além de secretaria e setor de distribuição, conta com sala de audiências; sala da assessoria; gabinete do juiz; sala de oficiais de justiça; juizado especial; sala para a OAB; Centro de Processamento de Dados; copa; depósito e banheiros adaptados.

Comarca – Com uma população de cerca de 30 mil habitantes, Riachão (entrância inicial) registra, em média, 90 processos por mês, entre ações cíveis, criminais, de família, execução fiscal e fazenda pública, contando com o acervo de 2.351 processos em tramitação na vara única e Juizado Especial.



DIVULGAÇÃO

DESEMBARGADORES GUERREIRO Júnior, Cleones Cunha, e magistrados descerram placa de inauguração

Desde o mês de janeiro de 2013, a comarca recebeu 458 novos processos, realizando 550 audiências e 428 sentenças. Trabalham no fórum de Riachão nove servidores do Judiciário, sendo uma secretária judicial.

Participaram da inauguração os juízes José Augusto Leite (São Raimundo das Mangabeiras); Marco Aurélio Veloso (Loreto); José Francisco Fernandes (Alto Parnaíba); Carlos Eduardo Mont'Alverne

(Paraibano); Edmilson Lima (Juizado de Balsas); Luciany Ferreira (Balsas); Jorge Leite (São Domingos do Azeitão); Marzurkiévicz Saraiva (Carolina); o prefeito e o vice-prefeito do município, respectivamente, Crisógono Vieira e Pedro Ubirajara; o presidente da Câmara Municipal, Aruilton Gomes; o promotor da comarca, Antonio Lisboa Júnior; a advogada Ana Cecília Delavry (OAB/Balsas), servidores do Judiciário, entre outros.